

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 13/11/2013 - Edição 936

VIGILANTE BALEADO NO BRAÇO POR ASSALTANTES VAI RECEBER INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS



A Dumilho S. A. Indústria e Comércio foi responsabilizada subsidiariamente pelo pagamento de indenização por dano moral a um vigilante terceirizado, que foi baleado no braço por assaltantes dentro da empresa. Ele era empregado da Protection Sistemas de Vigilância Ltda. A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho não admitiu (não conheceu) o recurso da Dumilho, ficando mantida, assim, a decisão condenatória.

Apesar de intervenção cirúrgica, com a colocação de placas de platina, o vigilante teve perda parcial

definitiva da capacidade laborativa e ficou incapacitado para o exercício da sua função. A indenização, fixada em cerca de R\$ 10 mil, correspondente a última remuneração recebida pelo empregado, foi mantida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (ES).

Segundo o ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, relator, a regra geral no ordenamento jurídico brasileiro é a aplicação da responsabilidade subjetiva nos casos de reparação civil por acidente de trabalho, quando deve ser provada a culpa patronal. No

entanto, há situações que a culpa decorre da própria atividade de risco desenvolvida pela empresa, como no caso. É a responsabilidade objetiva estabelecida no art. 927, parágrafo único, do Código Civil de 2002.

Na avaliação do relator, os “vigilantes enfrentam, cotidianamente, grandes riscos com as deficiências da segurança pública brasileira”. O risco de assaltos no país é constante e qualquer um pode ser assaltado, afirmou, mas em razão da sua atividade, o vigilante tem maior probabilidade de se submeter a tais ocorrências, independentemente de cuidados e utilização de equipamentos de segurança exigidos pelo Ministério da Justiça, porque o “perigo é notório e constante”.

Assim, manifestando que são alarmantes os dados estatísticos que registram os inúmeros casos de assaltos aos vigilantes, o relator afirmou que essa função deve mesmo ser enquadrada como atividade de risco, como decidiu o Tribunal Regional.

A decisão foi por unanimidade.

Fonte: TST

Sindicato dos Vigilantes do DF realiza 1º Seminário Regional de Mulheres Vigilantes



O Sindicato dos Vigilantes do DF realizará o I Seminário de mulheres vigilantes tratando de diversos temas desse importante segmento da

categoria, constituído de mais de 3 mil vigilantes femininas atuando no DF..

Ao longo dos anos de atuação do Sindicato dos Vigilantes do DF, sempre demos atenção especial às questões da mulher trabalhadora, apoiando suas reivindicações específicas, e cobrando melhores condições de vida e de trabalho. Ainda precisamos avançar muito em várias questões, e para isso é preciso organizar as mulheres junto com o seu Sindicato.

Fonte: Sindesv-DF

Empresários tentam emplacar clone de projeto de terceirização no Senado

Sem qualquer discussão com os trabalhadores, a Comissão de Comissão e Justiça (CCJ) do Senado promete colocar em votação na quarta-feira (13) mais um projeto de terceirização que precariza as relações trabalhistas e enfraquece a organização sindical. Trata-se do PL 87, de 2010, do ex-senador e atual deputado federal Eduardo Azeredo (PSDB-MG), com relatoria do senador e empresário Armando Monteiro (PTB-PE), ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O texto é na verdade um clone do PL 4.330, de 2004, do também empresário Sandro Mabel (PMDB-GO), e que está parado na Câmara dos Deputados graças à mobilização e pressão das centrais sindicais.

Tal como o texto da Câmara, o do Senado permite a prestação de serviços terceirizados em todas as atividades da empresa, incluindo a atividade principal (conhecida como atividade-fim), ao mesmo tempo em que a isenta de responsabilidade

sobre irregularidades trabalhistas cometidas pela terceirizada.

“O que está acontecendo é que eles querem levar para votação o mesmo projeto, transformado em um novo relatório. Por causa dos nossos intensos protestos e da reação dos trabalhadores em relação ao PL 4330, que precariza o trabalho, o empresariado se reorganizou dessa forma para atacar”, afirma a secretária de Relações do Trabalho da CUT, Maria das Graças Costa.

Segundo ela, a central agora irá se mobilizar também para barrar a proposta no Senado. O PL 87/2010 está em tramitação inicial. Se aprovado na CCJ, segue para Comissão de Assuntos Sociais.

De acordo com um estudo de 2011 da CUT e do Dieese, o trabalhador terceirizado fica 2,6 anos a menos no emprego, tem uma jornada de três horas a mais semanalmente e ganha 27% a menos. A cada dez acidentes de trabalho, oito ocorrem entre terceirizados.

Fonte: Rede Brasil Atual

POLÍCIA FEDERAL MARCA 99ª REUNIÃO DA CCASP PARA DIA 10 DE DEZEMBRO

A Polícia Federal marcou para o próximo dia 10 de dezembro, às 9 horas, a 99ª reunião da Comissão Consultiva para Assuntos da Segurança Privada (CCASP), em Brasília. Estarão em julgamento processos movidos contra bancos, empresas de vigilância e transporte de valores, e centros de formação de vigilantes, em razão do descumprimento da lei federal nº 7.102/83 e das normas de segurança.

Essa será a quarta e última reunião em 2013 e será presidida pela coordenadora da CCASP, delegada Silvana Helena Vieira Borges.

ACCASP é um fórum que conta com a participação do governo, bancários, representados pela Contraf-CUT, vigilantes, representados pela CNTV, e entidades patronais, como a Febraban.

Os processos contra bancos são abertos pelas delegacias estaduais da Polícia Federal (Delesp) a partir da fiscalização anual do plano de segurança dos estabelecimentos e das denúncias de irregularidades que podem ser também encaminhadas pelas entidades sindicais.

“Orientamos mais uma vez os sindicatos e as federações a verificar se a legislação federal de segurança está sendo cumprida nas agências e postos de atendimento bancário. Caso negativo, as entidades devem encaminhar denúncias por escrito para a Delesp mais próxima, pedindo fiscalização para que as normas de segurança sejam respeitadas, como forma de proteger a vida de trabalhadores e clientes”, reitera o secretário de imprensa da Contraf-CUT e coordenador do Coletivo Nacional de Segurança Bancária, Ademir Wiederkehr.

Fonte: Contraf-CUT

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico e diagramação: Aníbal Bispo



site: www.vigilantecntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-11
Cep: 73.300-000 Brasília - DF